



## PROVIDÊNCIA CAUTELAR DO FÓRUM DO PATRIMÓNIO PÕE EM MARCHA A RECUPERAÇÃO DO FORTE DE SANTO ANTÓNIO, NO ESTORIL

Na sequência da providência cautelar requerida junto do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa pelo Fórum do Património '17 através de três das associações filiadas - Associação Portuguesa dos Amigos dos Castelos, Associação Portuguesa das Casas Antigas e GECORPA, às quais se juntou a Associação Cultural de Cascais, realizou-se no passado dia 5 de março uma inspeção judicial ao Forte de Santo António da Barra, inspeção esta presidida pela magistrada judicial titular do processo.

A inspeção destinou-se a permitir ao Tribunal inteirar-se da situação existente no Forte a fim de poder decretar medidas provisórias para a proteção do mesmo contra os atos de vandalismo e destruição que vinha sendo alvo desde o Verão de 2015, altura em que se deu o seu abandono por parte do Exército Português.

Durante a inspeção judicial a magistrada judicial mostrou-se indignada com o estado de vandalismo e de destruição que tinha tomado conta do Forte, sendo de esperar no seguimento desta inspeção que, a qualquer momento, o Tribunal venha a decidir aplicar medidas provisórias para salvaguarda do Forte de Santo António.

Contudo, o Fórum tomou conhecimento pela comunicação social que se iniciaram ontem operações de limpeza do Forte, operações essas que terão sido levadas a cabo pela Câmara Municipal de Cascais em execução de protocolo que terá celebrado com o Ministério da Defesa Nacional.

Apesar de o Fórum desconhecer em absoluto os termos desse Protocolo, tudo leva a crer que foi a inspeção judicial realizada no âmbito da providência cautelar requerida pelas referidas quatro associações que terá forçado o Ministério da Defesa Nacional a celebrar rapidamente este Protocolo de modo a poder subtrair-se a eventuais sanções aplicadas pelo Tribunal.

Assim e sem prejuízo de o Fórum aguardar os devidos esclarecimentos por parte do Ministério da Defesa Nacional sobre o conteúdo do dito protocolo em ordem a verificar se o mesmo vai ao encontro dos objetivos que foram visados pela providência cautelar requerida – guarda do Forte, reparação da rede envolvente e sua limpeza com o apoio de técnicos de conservação e restauro, a realidade é que foi a iniciativa do Fórum, divulgada pela comunicação social, que acabou por desbloquear a inércia que se verificava por parte dos Ministérios da Defesa Nacional e das Finanças na definição da guarda e manutenção deste importante imóvel histórico, fortaleza filipina do final do século XVI, classificado como de imóvel de interesse público e que na década de 50 passou a ser utilizado como residência de verão de Oliveira Salazar.

A intervenção do Fórum do Património '17 no processo de defesa do Forte de Santo António da Barra integra-se na estratégia que esta entidade está a pôr em prática de invocar os instrumentos legais e regulamentares aplicáveis para a defesa do património cultural e exigir o seu cumprimento por parte da Administração Pública, se necessário for, através do recurso aos Tribunais, contribuindo, desse modo, para a salvaguarda do Património Cultural Construído, em linha com a Declaração Final do encontro das ONG realizado em abril de 2017 na Sociedade de Geografia de Lisboa.

Através da rede de ONG filiadas espalhadas por todo o País, o Fórum do Património '17 propõe-se também utilizar as prerrogativas que lhes são facultadas pela Lei ao longo do processo de licenciamento de obras que envolvam o Património Cultural Construído.

Lisboa, 20 de março de 2018

Fórum do Património '17

Para mais informações contactar Rosa Fernando (GECORPA), 914 068 122